cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.01.04 07:08:20 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 4 de janeiro de 2024 • Nº 1715 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Educação particular de qualidade

PÁGINA 4

SÃO PAULO

Padre Júlio será alvo de CPI das ONGs

A Câmara de São Paulo deve abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as organizações não governamentais (ONGs) que atuam na Cracolândia, na região central de São Paulo. As assinaturas necessárias já foram recolhidas. O autor da proposta, vereador Rubinho Nunes (União), prevê que a comissão será instaurada em fevereiro, após o recesso parlamentar. Segundo ele, o padre Júlio Lancellotti será um dos principais alvos da CPI das ONGs. Rubinho acusa as ONGs de promoverem uma "máfia da miséria", que "explora os dependentes químicos do centro da capital". Segundo ele, essas organizações recebem dinheiro público para distribuir alimentos, kit de higiene e itens para o uso de drogas, prática conhecida como política de redução de danos, à população em situação de rua, o que, argumenta ele, gera um "ciclo vicioso" no qual o usuário de crack não consegue largar o vício. PÁGINA 4

ANEEL

Geração de energia sobe 10,3 mil MW em 2023

Impulsionada pela energia eólica e solar, a geração de energia elétrica terminou o ano de 2023 com crescimento de 10.324,2 megawatts (MW), informou ontem a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Apenas em dezembro, foram acrescidos 1,9 mil megawatts (MW), com a entrada em operação comercial de 51 unidades geradoras em todo o país. O acréscimo anual superou a meta de 10.302,4 MW estabelecida pela Aneel para o ano passado. Esse foi o maior incremento na matriz elétrica brasileira desde 2016, quando foram incorporados 9.527,8 MW à geração de energia. A principal contribuição para o aumento veio da energia eólica. PÁGINA 2

NOVEMBRO

Contas externas têm saldo negativo de US$ 1,6 bilhão

JOSE CRUZ/ABRASIL

As contas externas do país tiveram saldo negativo em novembro de 2023, chegando a US$ 1,553 bilhão, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2022, o déficit foi de US$ 1,674 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países. É o menor déficit nas transações correntes para o mês novembro desde 2016. Naquele ano, o resultado negativo foi de US$ 879 milhões. A diferença na comparação interanual é resultado do superávit comercial, que aumentou R$ 2 bilhões, contribuindo para melhora do resultado. Em sentido contrário, houve aumento nos déficits em serviços, de US$ 921 milhões, renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas), US$ 640 milhões, e renda secundária, US$ 322 milhões. Em 12 meses encerrados em novembro, o déficit em transações correntes foi US$ 33,655 bilhões, 1,56% do Produto Interno Bruto, ante o saldo negativo de US$ 33,776 bilhões (1,59% do PIB) no mês anterior, outubro de 2023, e déficit de US$ 49,906 bilhões (2,59% do PIB) no período equivalente terminado em novembro de 2022. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha (**foto**), as transações correntes tem um cenário bastante robusto, com déficits decrescentes e baixos, principalmente em razão dos resultados positivos da balança comercial. PÁGINA 2

ADVOGADOS

Militares organizam vaquinha para ajudar Cid

Pedidos de doação ao tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência no governo de Jair Bolsonaro (PL), circulam em grupos de militares no WhatsApp. A campanha é para arrecadar R$ 300 mil para cobrir gastos com advogados. O tenente-coronel é investigado por suspeita de fraudes em cartões de vacinação, pela articulação de planos golpistas e pela venda de presentes diplomáticos que deveriam ter sido devolvidos ao acervo da União. Ele fez uma delação premiada e hoje está em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. A defesa é coordenada pelo experiente criminalista Cezar Bittencourt, que ainda não se manifestou sobre a iniciativa. PÁGINA 5

ELETROBRAS

CARLOS MOURA/STF

STF dá 48 horas para que juízes expliquem suspensão de AGE

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 48 horas para desembargadores explicarem as decisões que suspenderam a realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Eletrobras para votar a incorporação de Furnas ao capital da companhia, convocada para 29 de dezembro. O despacho é desta quarta-feira. Moraes é relator de ação ajuizada pela Eletrobras contra as liminares que suspenderam a AGE. As decisões foram proferidas durante o plantão judicial por desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), a pedido da Associação dos Empregados de Furnas (Asef). PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,1% / 132.833,95 / 137,32 / Volume: R$ 21.571.199.819 / Negócios: 3.340.223

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON NM	4.63	+10.50	+0.44
GRUPO SOMA ON NM	7.540	+5.31	+0.380
CIELO ON EJ NM	4.71	+3.74	+0.17
PETROBRAS ON N2	40.70	+3.40	+1.34
PETRORIO ON NM	46.88	+3.37	+1.53

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	12.60	–4.91	–0.65
AZUL PN N2	14.21	–3.33	–0.49
BRASKEM PNA N1	20.50	–2.84	–0.60
JBS ON NM	24.47	–2.78	–0.70
MRV ON NM	10.45	–2.52	–0.27

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	38.96	+3.12	+1.18
VALE ON NM	76.65	–0.52	–0.40
PETRORIO ON NM	46.88	+3.37	+1.53
B3 ON EDJ NM	14.13	–0.28	–0.04
ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33.15	–1.10	–0.37

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	37.430,19	-0,76
NASDAQ Composite	14.592,21	-1,18
CAC 40	7.411,86	-1,58
FTSE 100	7.682,33	-0,51
DAX	16.538,39	-1,38
Ftse Mib	30.098,79	-1,40

Salário mínimo	R$ 1.320,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (13/12)	11,75%
Poupança 3 (03/01)	0,5646%
TR (03/01)	0,0643%
IGP-M	0,74% (dez.)
IPCA 15	0,40% (dez.)
CDI (13/12)	11,65%
OURO BM&F/grama	R$ 321,60
EURO Comercial	Compra: 5,3656 Venda: 5,3662
EURO turismo	Compra: 5,4239 Venda: 5,6039
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9212 +0,61%
DÓLAR comercial	Compra: 4,9144 Venda: 4,9150
DÓLAR turismo	Compra: 4,9384 Venda: 5,1184

Economia

MERCADOS

Bovespa avança 0,1%, aos 132,8 mil pontos, puxada pela Petrobras

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de alta para o petróleo, e amparado no forte desempenho de Petrobras (ON +3,40%, PN +3,12%), a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) obteve leve ganho de 0,1%, aos 132.833,95 pontos, revertendo fração da perda de 1,11% observada na primeira sessão do ano, ontem. Na máxima de ontem, no meio da tarde, o Índice Bovespa (Ibovespa) mostrou alta de 0,66%, aos 133.575,58, saindo de mínima a 132.250,07 e de abertura aos 132.696,78 pontos. Na semana, o Ibovespa ainda cede 1,01%, no agregado de duas sessões. O giro financeiro subiu hoje para R$ 21,6 bilhões.

Em NY, as perdas no fechamento de hoje iam de 0,76% (Dow Jones) a 1,18% (Nasdaq). Na ponta do Ibovespa ontem, além das duas ações de Petrobras, destaque também para Pão de Açúcar (+10,5%), Soma (+5,31%), Cielo (+3,74%) e Prio (+3,37%). No lado oposto, BRF (-4,91%), Azul (-3,33%), Braskem (-2,84%) e JBS (-2,78%). As ações de grandes bancos tiveram desempenho misto no fechamento da sessão, entre baixa de 1,1% (Itaú PN, na mínima do dia no encerramento) e leve ganho de 0,12% (Bradesco PN). O dia também foi de ajuste moderado, em viés negativo, para a ação de maior peso no Ibovespa, Vale ON (-0,52%).

DÓLAR A R$ 4,9151

Em sessão instável e marcada por trocas de sinal, o dólar à vista encerrou cotado a R$ 4,9151, praticamente estável (-0,01%) As oscilações ao longo do pregão ocorreram entre margens estreitas, com variação de pouco mais de quatro centavos entre mínima (R$ 4,9005) e máxima (R$ 4,9410).

NOVEMBRO

Contas externas têm saldo negativo de US$ 1,6 bilhão

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

As contas externas do país tiveram saldo negativo em novembro de 2023, chegando a US$ 1,553 bilhão, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2022, o déficit foi de US$ 1,674 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

É o menor déficit nas transações correntes para o mês novembro desde 2016. Naquele ano, o resultado negativo foi de US$ 879 milhões.

A diferença na comparação interanual é resultado do superávit comercial, que aumentou R$ 2 bilhões, contribuindo para melhora do resultado. Em sentido contrário, houve aumento nos déficits em serviços, de US$ 921 milhões, renda primária (pagamento de juros e lucros e dividendos de empresas), US$ 640 milhões, e renda secundária, US$ 322 milhões.

Em 12 meses encerrados em novembro, o déficit em transações correntes foi US$ 33,655 bilhões, 1,56% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país), ante o saldo negativo de US$ 33,776 bilhões (1,59% do PIB) no mês anterior, outubro de 2023, e déficit de US$ 49,906 bilhões (2,59% do PIB) no período equivalente terminado em novembro de 2022.

Já no acumulado de janeiro a novembro de 2023, o déficit é US$ 22,200 bilhões, contra saldo negativo de US$ 42,165 bilhões nos 11 meses de 2022.

De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, as transações correntes tem um cenário bastante robusto, com déficits decrescentes e baixos, principalmente em razão dos resultados positivos da balança comercial.

COMERCIAL E SERVIÇOS

As exportações de bens totalizaram US$ 28,104 bilhões em novembro do ano passado, redução de 1% em relação a igual mês de 2022. As importações somaram US$ 21,431 bilhões, queda de 9,6% na comparação com novembro de 2022. Com esses resultados, a balança comercial fechou com o superávit de US$ 6,673 bilhões em novembro, ante saldo positivo de US$ 4,669 bilhões em novembro de 2022.

É o maior superávit comercial para o mês de novembro da série histórica do BC, iniciada em 1995. O déficit na conta de serviços - viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros - somou US$ 3,552 bilhões em novembro, ante os US$ 2,631 bilhões em igual mês de 2022. Houve redução no déficit em transporte e viagens e aumento em aluguel de equipamentos.

O déficit na rubrica de transportes passou US$ 1,488 bilhão em novembro de 2022 para US$ 934 milhões no mesmo mês de 2023, recuo de 37,2%. Mês a mês, a melhora vem sendo influenciada por gastos menores em fretes, que tiveram redução devido à queda nos preços internacionais, além de queda das quantidades importadas.

No caso das viagens internacionais, a conta vem em trajetória de recuperação, ainda que com o crescimento do déficit em patamares inferiores ao período antes da pandemia da Covid-19. Entretanto, em novembro, o déficit na conta de viagens fechou o mês com recuo de 17,8%, chegando a US$ 527 milhões, ante déficit de US$ 641 milhões em novembro de 2022.

As receitas de estrangeiros em viagem ao Brasil cresceram 39,1% na comparação interanual e chegaram a US$ 616 milhões em novembro do ano passado, contra US$ 443 milhões no mesmo mês de 2022. As despesas de brasileiros no exterior passaram de US$ 1,084 bilhão em novembro de 2022 do ano passado para em US$ 1,143 bilhão no mesmo mês de 2023, aumentando em menor proporção, em 5,5%.

Já em aluguel de equipamentos, as despesas líquidas somaram US$ 862 milhões, aumento de 41,5% em comparação a novembro de 2022, que foi US$ 609 milhões, o que explica, em parte, o aumento de déficit na conta de serviços. Essa rubrica está associada ao aumento da atividade produtiva.

Também contribuiu o aumento de despesas líquidas com serviços de telecomunicação, computação e informações, que somaram US$ 706 milhões em novembro de 2023, ante US$ 205 milhões em novembro de 2022. Segundo Fernando Rocha, a conta de serviços de telecomunicação é formada, especialmente, por remunerações de uso de softwares de grandes plataformas, de negócios no Brasil que pagam esse serviço para a matriz ou empresas fornecedoras no exterior.

RENDAS

Em novembro de 2023, o déficit em renda primária - lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários - chegou a US$ 4,650 bilhões, aumento de 16% ante os US$ 4,010 bilhões no mesmo mês de 2022. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do país - do que de brasileiros no exterior.

As despesas líquidas com juros passaram de US$ 882 milhões em novembro de 2022 para US$ 1,014 bilhão no mês passado. No caso dos lucros e dividendos associados aos investimentos direto e em carteira, houve déficit de US$ 3,677 bilhões no mês de novembro do ano passado, frente aos US$ 3,140 de déficit observado em novembro de 2022.

A conta de renda secundária - gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens - teve resultado negativo de US$ 24 milhões no mês de novembro do ano passado, contra superávit US$ 298 milhões em novembro de 2022.

FINANCIAMENTO

Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) foram ligeiramente superiores na comparação interanual. O IDP somou US$ 7,780 bilhões em novembro último, ante US$ 7,583 bilhões em novembro de 2022, o maior para o mês de novembro desde 2019 (US$ 8,7 bilhões).

O IDP acumulado em 12 meses totalizou US$ 57,718 bilhões (2,68% do PIB) em novembro de 2023, ante US$ 57,522 bilhões (2,71% do PIB) no mês anterior e US$ 77,063 bilhões (4,01% do PIB) no período encerrado em novembro de 2022.

A previsão do BC é que os investimentos diretos no país cheguem a US$ 60 bilhões em 2023, segundo o último Relatório de Inflação, divulgado no fim de dezembro. Para 2024, o IDP deve chegar a US$ 70 bilhões.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve entradas líquidas de US$ 2,415 bilhão em novembro de 2023, compostas por ingressos líquidos de US$ 1,582 bilhão em ações e fundos de investimento e de US$ 833 milhões em títulos de dívida. Nos 12 meses encerrados em novembro último, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US$ 13,6 bilhões.

O estoque de reservas internacionais atingiu US$ 348,406 bilhões em novembro de 2023, aumento de US$ 8,159 bilhões em comparação ao mês anterior.

ACSP

Índice de confiança do consumidor recua 1,8%

EDUARDO LAGUNA/AE

O Índice Nacional de Confiança (INC), medido pela PiniOn para a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), interrompeu seis altas consecutivas em dezembro, quando recuou 1,8% frente a novembro. Na comparação com o mesmo período de 2022, houve aumento de 1,9% no indicador.

A queda na margem - ou seja, de um mês para o outro - não é percebida como uma mudança de tendência, já que, aos 109 pontos na leitura de dezembro, o índice segue no campo otimista (acima de 100 pontos), permitindo uma perspectiva de crescimento de 1,9% das vendas do varejo este ano.

A avaliação é de que o resultado pode ser reflexo da desaceleração da economia, num contexto de alto endividamento das famílias e juros ainda elevados.

A sondagem nacional foi realizada com uma amostra de 1,75 mil famílias residentes em capitais e cidades do interior. Exceção ao Nordeste, onde houve estabilidade no índice, a pesquisa aponta redução na confiança do consumidor em quase todas as regiões do País. Também houve queda quase generalizada no recorte por classes socioeconômicas, com exceção das famílias das classes D e E.

Segundo o economista do Instituto Gastão Vidigal (IEGV/ACSP) Ulisses Ruiz de Gamboa, piorou, em geral, a percepção das famílias sobre a sua situação financeira atual e futura. Além disso, o economista vê menor segurança no emprego. A leve piora na confiança do consumidor, segundo a ACSP, levou a uma diminuição no número de pessoas dispostas a comprar bens de maior valor, desde carro e imóvel à geladeira e fogão.

MINAS E ENERGIA

Alckmin: maior produção do gás natural reduz preço

ELISA CALMON/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), disse terça-feira passada, que o aumento da produção deverá resultar na redução do preço do gás natural. O Ministério de Minas e Energia e a Petrobras estão trabalhando em parceria para estimular a produção, que pode praticamente dobrar em até quatro anos, segundo Alckmin.

Apenas o Gasoduto Rota 3 de Itaboraí (RJ), que deve entrar em operação neste ano, deverá proporcionar um salto de um terço na produção, disse Alckmin ao programa WW, da CNN Brasil. O Rota 3 tem capacidade de 15 milhões de metros cúbicos de gás natural por ano, enquanto a produção atual é de 45 milhões de metros cúbicos por ano, segundo Alckmin. O preço da molécula no País chega a US$ 11 por milhão de BTUs, muito acima dos US$ 3 a US$ 4 praticados nos Estados Unidos. A diferença decorre dos altos custos de produção local, de acordo com o vice-presidente. No Brasil, a commodity é retirada do pré-sal, o que dificulta a operação.

Além do aumento da produção nacional, Alckmin também defendeu o uso mais intenso do Gasoduto Brasil-Bolívia. "Há uma capacidade bem maior a ser explorada que podemos usar para trazer gás por um valor menor", afirmou.

ANEEL

Geração de energia brasileira aumenta 10,3 mil MW em 2023

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Impulsionada pela energia eólica e solar, a geração de energia elétrica terminou 2023 com crescimento de 10.324,2 megawatts (MW), informou ontem a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Apenas em dezembro, foram acrescidos 1,9 mil megawatts (MW), com a entrada em operação comercial de 51 unidades geradoras em todo o país.

O acréscimo anual superou a meta de 10.302,4 MW estabelecida pela Aneel para o ano passado. Esse foi o maior incremento na matriz elétrica brasileira desde 2016, quando foram incorporados 9.527,8 MW à geração de energia.

A principal contribuição para o aumento veio da energia eólica. Com 140 unidades inauguradas no ano passado, a modalidade registrou aumento de 4.919 MW, o equivalente a 47,65% do incremento total. Em segundo lugar, está a energia solar, cuja geração aumentou 4.070,9 MW com a entrada em operação de 104 centrais fotovoltaicas, 39,51% do acréscimo.

Completam a lista 1.214,9 MW gerados por 33 termelétricas, 158 MW de 11 novas pequenas centrais hidrelétricas e 11,4 MW de três novas centrais geradoras hidrelétricas.

Ao todo, 291 empreendimentos de energia entraram em operação no ano passado em 19 estados. Os estados com maior acréscimo foram a Bahia (2.614 MW), o Rio Grande do Norte (2.278,5 MW) e Minas Gerais (2.025,7 MW).

CAPACIDADE TOTAL

Os dados de geração de energia são atualizados diariamente no Sistema de Informações de Geração da Aneel (Siga). Com o acréscimo em 2023, o país acumulou 199.324,5 MW de potência elétrica fiscalizada pela Aneel e deve superar a marca de 200 mil MW neste ano.

O Siga compila os dados das usinas em operação e de empreendimentos outorgados em fase de construção. Segundo o sistema, 83,78% das unidades de produção de energia brasileira são consideradas renováveis. A energia hídrica corresponde a 55,19%, seguida pela eólica (14,4%), biomassa (8,43%) e solar (5,77%).

ARGENTINA

Governo vê inflação de 30% em dezembro

MATHEUS ANDRADE/AE

O porta-voz da presidência argentina Manuel Adorni afirmou ontem, que o governo local projeta uma taxa de inflação de "cerca" de 30% em dezembro, embora os dados oficiais ainda não estejam disponíveis. Em coletiva de imprensa, Ardoni disse que a atual administração sabe como acabar com a inflação, e que será um "processo longo". O porta-voz indicou que havia distorções nos preços em quase toda a economia do país, destacando os combustíveis, além das questões cambiais. "Vai levar um tempo para sairmos desta situação inflacionária devido ao desastre que deixaram na política, que no governo anterior foi uma bomba inflacionária, que estamos tentando resolver". A inflação de dezembro será informada oficialmente no dia 11 de janeiro.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

ELETROBRAS

STF dá 48 horas para juízes explicarem suspensão de AGE

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 48 horas para desembargadores explicarem as decisões que suspenderam a realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Eletrobras para votar a incorporação de Furnas ao capital da companhia, convocada para 29 de dezembro. O despacho é desta quarta-feira.

Moraes é relator de ação ajuizada pela Eletrobras contra as liminares que suspenderam a AGE. As decisões foram proferidas durante o plantão judicial por desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), a pedido da Associação dos Empregados de Furnas (Asef).

Os desembargadores entenderam que a AGE deveria ser suspensa devido a uma ação da Advocacia-Geral da União (AGU) que questiona a redução do poder de voto da União na Eletrobras. O caso tramita no Supremo. No mês passado, o ministro Kássio Nunes Marques enviou o processo para conciliação e fixou prazo de 90 dias para a tentativa de solução consensual entre as partes.

Ao recorrer ao STF, a Eletrobras alegou que os tribunais de instâncias inferiores usurparam a competência da Corte e que as liminares que suspenderam a AGE foram "muito além do que a Corte Suprema do país decidiu".

A ação ajuizada pela Eletrobras é uma reclamação constitucional, um tipo de recurso que visa garantir a autoridade de um precedente ou decisão do Supremo. Por esse meio, as decisões costumam ser mais rápidas e são tomadas monocraticamente (por um só ministro).

Durante todo o mês de janeiro, o Supremo atua em plantão judicial. Além de Moraes, os ministros Luís Roberto Barroso (presidente da Corte), Edson Fachin, Gilmar Mendes e André Mendonça também continuam proferindo decisões em casos urgentes ou em outros que forem distribuídos a eles no período.

ATA DO FED

EUA: dirigentes concordam que atividade econômica desacelerou

Os dirigentes do Federal Reserve (Fed) concordaram, durante a reunião de política monetária de dezembro, que a atividade econômica dos EUA havia desacelerado do forte ritmo visto no terceiro semestre. As autoridades observaram, no entanto, que a inflação e o crescimento nos empregos permaneciam elevados, apesar de terem suavizado ao longo do ano. Eles notaram também que a taxa de desemprego continuava baixa, segundo consta na ata do encontro.

O documento destaca que os integrantes do Fed mudaram trecho do comunicado para indicar sua visão de que os juros provavelmente chegaram ao pico ou estão muito próximo disso, ao mesmo tempo deixando a porta aberta para eventual aperto adicional, se assim julgarem necessário.

Os membros do Fed concordaram também que condições financeiras e de crédito mais restritivas para as famílias e as empresas provavelmente pesariam sobre a atividade econômica, as contratações e a inflação, mas que a extensão destes efeitos era incerta. Eles acertaram que permaneceriam "extremamente atentos aos riscos de inflação". Eles disseram ainda que o sistema bancário dos EUA era sólido e resiliente.

Os dirigentes reforçaram que continuariam monitorando novos dados e estariam preparados para ajustar a política conforme for apropriado, "caso surjam riscos que possam impedir o alcançamento das metas".

STAFF

A equipe técnica do Federal Reserve (Fed) avaliou os riscos para a inflação como altistas, ao apresentar sua revisão sobre a economia durante reunião de política monetária de dezembro. Segundo a ata do encontro, o motivo é que os preços continuavam elevados e havia a possibilidade de a inflação se revelar mais persistente que o esperado ou de ocorrerem choques de oferta.

Já os riscos para a atividade econômica foram considerados baixistas pelo staff. A própria possibilidade de aperto monetário adicional foi vista como um risco descendente às projeções de atividade.

No geral, as previsões econômicas apresentadas em dezembro foram bem parecidas com as da reunião anterior, mostrou a ata divulgada hoje. O documento indicou que o staff continuava esperando desaceleração acentuada do avanço do Produto Interno Bruto (PIB) no quarto trimestre de 2023 em relação ao terceiro, mas que o crescimento do ano continuaria sólido.

"É esperado que os efeitos atrasados das ações anteriores de política monetária, através da sua contribuição para a restrição contínua das condições financeiras e de crédito, se revelem mais plenamente na contenção da atividade econômica nos próximos anos", aponta trecho da ata.

O staff revisou para baixo sua projeção para a inflação, e avaliou que a inflação seria menos persistente do que anteriormente projetado. Os técnicos estimavam que o índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) terminaria o ano um pouco abaixo de 3% ao ano, com o núcleo do PCE um pouco acima de 3%. "É esperado que a inflação diminua nos próximos anos à medida que a demanda e a oferta nos mercados de produtos e de trabalho se alinhem melhor; em 2026, espera-se que a inflação cheia e subjacente pelo PCE se aproxime de 2%", diz a ata.

POLÍTICA RESTRITIVA

Durante o período entre reuniões, algumas divulgações de dados mais suaves do que o esperado pareceram diminuir a percepção entre os investidores de que a política poderá ter de ser ainda mais restritiva, avalia a equipe técnica do Federal Reserve (Fed), segundo a ata do último encontro da autoridade, em dezembro. A publicação, divulgada hoje, aponta que o staff também observou que os participantes no mercado consideraram que as comunicações sobre política monetária, em geral, apontavam para uma política um pouco menos restritiva do que o esperado.

"Como resultado, os rendimentos nominais do Tesouro diminuíram significativamente e a trajetória implícita de mercado esperada para a taxa dos Fed funds para além dos próximos meses deslocou-se para baixo", indica. Já as condições de financiamento permaneceram moderadamente restritivas, uma vez que os custos dos empréstimos permaneceram elevados, apesar de terem diminuído durante o período intermediário, avalia a equipe.

As condições de crédito bancário pareceram ficar um pouco mais restritivas durante o período entre reuniões, mas o crédito às empresas e às famílias permaneceu geralmente acessível, aponta a equipe. O crédito permaneceu disponível para a maioria dos consumidores, embora os fluxos de crédito ao consumo tenham diminuído nos últimos meses, sugere.

OPORTUNIDADE

Concurso da Petrobras terá prova aplicada em 35 cidades

ALANA GANDRA/ABRASIL

A Petrobras anunciou ontem a ampliação do número de locais onde as provas objetivas de seu concurso público serão aplicadas no dia 24 de março. O total de cidades subiu de 19 para 35, alta de 84%. O concurso prevê 916 vagas para nível técnico, sendo 20% para pessoas com deficiência (PCD) e 20% para negros, além da formação de cadastro de reserva. A remuneração mínima alcança R$ 5.878,82.

Segundo a gerente executiva de Recursos Humanos da Petrobras, Lilian Maria Louzada Soncin, as cidades de realização de prova não estarão mais vinculadas aos polos de trabalho escolhidos no momento da solicitação de inscrição, cujo prazo foi aberto no dia 28 de dezembro. Devido à alteração nos locais de prova, as inscrições foram suspensas para adequação do sistema e deverão ser reabertas na próxima segunda-feira, com data de encerramento mantida no dia 31 deste mês.

CARGOS

As áreas com cargos a serem ocupados são as de Enfermagem do Trabalho; Inspeção de Equipamentos e Instalações; Logística de Transportes – Controle; Manutenção – Caldeiraria; Manutenção – Elétrica; Manutenção – Instrumentação; Manutenção – Mecânica; Operação; Operação de Lastro; Projetos, Construção e Montagem – Edificações; Projetos, Construção e Montagem – Elétrica; Projetos, Construção e Montagem – Instrumentação; Projetos, Construção e Montagem – Mecânica; Química de Petróleo; Segurança do Trabalho; e Suprimento de Bens e Serviços – Administração.

DEMOCRATIZAÇÃO

A companhia esclareceu que os candidatos que já se cadastraram para o concurso também poderão alterar o local de prova até o término das inscrições, em 31 de janeiro. O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, afirmou que a ampliação dos locais de prova visa democratizar o acesso ao concurso de abrangência nacional, aumentando a possibilidade de que candidatos de diferentes regiões do Brasil possam se inscrever.

"Estamos atendendo a uma demanda que chegou até nós pelos próprios candidatos e consideramos um pedido legítimo. A Petrobras é uma empresa de todo o Brasil; então, nada mais justo do que as provas serem realizadas em todas as capitais, de Norte a Sul. Com isso, ampliamos as chances de os brasileiros de diferentes regiões poderem disputar uma vaga e tornar realidade o sonho de ser um empregado da Petrobras", disse Prates.

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Educação particular de qualidade

O desejo de uma educação de qualidade anima hoje as entidades privadas que se abrigam na Associação Brasileira das Entidades Particulares de Ensino Superior, entidade com 15 anos de atuação nacional e tem a sigla ABMES. O seu presidente é o Professor Celso Niskier, reitor da Unicarioca, que tem tirado notas excelentes nas últimas avaliações do Ministério da Educação. São vários os seus cursos com nota acima de 4.

O assunto qualidade de ensino hoje é tratado especificamente no Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, que programou uma série de atividades estritas sobre a matéria.

É certo que o ensino particular hoje tem um movimento de inserção inteligente no tema "Defesa da Qualidade" e o assunto preocupa dirigentes, professores e alunos. Qual desses grupos terá a coragem de minimizar a importância desse estudo? Ao contrário, registra-se um forte movimento em torno desse tipo de valorização.

Ao falar em Brasília, o professor Celso Niskier afirmou que o setor particular de educação conquistou espaço e relevo junto ao Congresso Nacional, além de outros órgãos, como o Conselho Nacional de Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (o sempre respeitado Inep), que nos últimos anos tem ajudado a realizar o Enem, na verdade com muitas e lamentáveis falhas, o que parece levar os seus responsáveis de volta a um modelo antigo, administrado sempre com muita competência e isenção pela Fundação Cesgranrio. Se estava dando certo, por que trocaram para um organismo desarticulado e que perdeu a antiga liderança? Será quase impossível resistir às críticas, que até envolvem questões ideológicas que deveriam estar longe do processo.

O Fórum examina esse assunto com muito carinho, já tendo mobilizado suas atuais 15 entidades, cinco das quais ingressaram em 2023. O último Censo do Ensino Superior (é de 2222) demonstrou que as instituições particulares de ensino superior são responsáveis pela formação de 78% dos universitários brasileiros. É uma riqueza que não se deve abandonar; ao contrário, deve ser amplamente prestigiada, em benefício de novos tempos. Parece que o Ministro da Educação, Camilo Santana, já está devidamente interessado em evoluir nessa matéria, de forma independente e rápida. Estímulos acompanharão e esperamos para breve consequências que possamos dar o devido valor e anunciar os novos tempos.

SM Administração de Bens Próprios S.A.
CNPJ nº 43.040.631/0001-47 - NIRE 33.3.0033964-7
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12/12/2023
Data/Hora/Local: 12/12/2023, 8hs, na sede social. **Convocação e Presença**: Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa**: Sr. André Soares Mazza (Presidente) e Sra. Ângela Soares Maza (Secretária). **Deliberações aprovadas**: **(i)** A redução do capital social, em **R$ 2.883.000,00,** em razão de ser considerado excessivo o seu atual montante, passando o capital social de **R$ 2.883.200,00** para **R$ 200,00**. A redução do capital social que ora se aprova será realizada mediante o cancelamento de **2.883.000,00** ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia; **(ii)** Nova redação do Estatuto Social: "**Art. 5º** O capital social é de R$ 200,00 dividido em 200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." (iii) Autorizada a Diretoria a tomar as medidas necessárias à consecução das deliberações. Nada mais.

Sensat Brasil Serviços de Tecnologia Ltda.
CNPJ/ME nº 35.698.906/0001-06 - NIRE 33.2.1088755-6
Distrato Social
Pelo presente instrumento: **Sensat Ltd**, organizada com as leis da Inglaterra e País de Gales, com sede em Londres, Reino Unido, CNPJ/ME nº 35.275.322/0001-28 ("***Sócia***"), representada por, Sra. **Marcia Fernandes Castro Locateli**, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada em Resende/RJ; e **Única sócia da *Sensat Brasil Serviços de Tecnologia Ltda.***, com no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/ME nº 35.698.906/0001-06 ("***Sociedade***"), decide aprovar o presente Distrato Social, nos seguintes termos e condições: **1. Distrato Social: 1.1.** A Sociedade foi constituída através do seu Instrumento Particular de Constituição de Sociedade Empresária Limitada (o "***Contrato Social***"), em 28/11/2019 e devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA em 04/12/2019, sob NIRE 35.2.1088755-6. **1.2.** A única Sócia decide, devido à falta de interesse na continuidade das atividades sociais, dissolver, distratar e liquidar a Sociedade. **1.1.** Em razão do disposto no item 1.2 acima, a Sociedade restará automaticamente extinta com o arquivamento do presente instrumento perante esta JUCERJA, sendo desnecessária, para tanto, qualquer nova manifestação da Sócia a este respeito. **1.4.** As quotas do Capital Social da Sociedade, neste ato extintas, estão livres e desembaraçadas de todo e qualquer ônus e/ou gravame, não tendo impedimentos judiciais e extrajudiciais para suas extinções/cancelamentos, em função da dissolução e liquidação da Sociedade. **2. Liquidação com a consequente extinção da Sociedade: 2.1.** A Sócia decide nomear como liquidante a Sra. **Marcia Castro Locateli**, acima qualificada ("***Liquidante***"), que se torna, neste ato, responsável pela regularização e comunicação do presente distrato da Sociedade junto às repartições públicas competentes, podendo, para tanto, nomear procuradores e praticar quaisquer atos para o exercício da função que ora assume, assim como ser o responsável por manter, sob sua guarda, os livros e documentos fiscais da Sociedade, conservando-os na forma e no prazo da Lei. **2.2.** O Liquidante aceita sua nomeação, e, neste mesmo ato, declara sob a pena da Lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. **2.3.** A Sócia decide dispensar a alteração da denominação social da Sociedade no sentido da inclusão da expressão "em liquidação". **2.4.** Tendo sido arrecadados os bens, livros e documentos da Sociedade e levantadas as demonstrações contábeis de encerramento da Sociedade ("***Demonstrações Contábeis***"), inexistindo passivo a liquidar e/ou ativos a realizar, o Liquidante realizou a distribuição do acervo da Sociedade à única Sócia, detentora da totalidade do capital social. **2.5.** A Sócia aprovou as Demonstrações Contábeis. **2.6.** Diante das deliberações anteriores, dá-se por encerrada a liquidação, com a consequente extinção da Sociedade determinando ao Liquidante que tome as providências necessárias para o arquivamento do presente Distrato Social, bem como para o exercício das obrigações assumidas e descritas no item 2.1., acima. **2.7.** Adicionalmente, a Sócia se obriga a satisfazer integralmente eventuais débitos que vierem a ser exigidos da Sociedade ora liquidada. **2.8.** Por fim, a Sócia e a Sociedade outorgam entre si a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação com relação a qualquer direito e/ou obrigação. Nada mais. Rio de Janeiro/RJ, 18/12/2023. Sócia: **Sensat Ltd**, p.p: Marcia Fernandes Castro Locateli. **Liquidante:** Marcia Fernandes Castro Locateli. Testemunhas: **1.** Matheus Pires Beckhauser; **2.** Vitor Silva Lima. JUCERJA nº 00005951494, 26/12/23; Protocolo: 2023/01028581-6, 20/12/2023. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

RÁDIO JORNAL RIO BONITO S.A.
CNPJ Nº 31.519.283/0001-06 - NIRE 33300351191
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Ficam convocados os acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, na sede da Companhia na Rodovia BR 101 Km 271, S/N, Basilio, Rio Bonito, RJ, às oito horas do dia 12 de janeiro de 2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Eleição dos membros da Diretoria, fixando mandato e remuneração. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2023. Gomes Augusto de Assis – Diretor.

CAP NORTE PARTICIPAÇÕES LTDA
CNPJ: 46.796.925/0001-91 - NIRE: 33.2.120591-2
Comunicado: Para efeito de cumprimento do disposto nos parágrafos 1º ao 3º do artigo 1.084, da Lei 10.406/2002, a administração desta sociedade comunica e torna público o seguinte: que, através de Reunião de Sócios, realizada em 29.12.2023, todos os sócios, em conjunto e de forma unânime, resolveram reduzir o capital social da Sociedade, de R$ 2.538.005,00 (dois milhões, quinhentos e trinta e oito mil e cinco reais), para R$ 13.812,00 (treze mil, oitocentos e doze reais), mediante devolução da respectiva diferença aos sócios da mesma. Rio de Janeiro, 03.01.2024. **CAP Norte Participações Ltda.** (por Maura Rodrigues Zuanazzi e David Zuanazzi Machado Junior, sócios e administradores)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O **SINDEERH-RJ - Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro**, com sede na Rio Branco nº 156, 32º Andar, Sala 3229, Ed. Central, Centro/RJ,inscrito no CNPJ 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenberg Barbosa da Silva, no uso das suas atribuições Estatutárias, convoca todos os funcionários da Empresa, PETROENG - CONSULTORIA E PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ, n. 04.902.445/0001-18, filiados e não filiados, para participarem da **Assembléia Geral Extraordinária que será realizada na Sede do Sindicato no dia, 05/01/2024, às 10h00 (horário de Brasília) em 1ª convocação, às 10h30 (horário de Brasília) em 2ª e última convocação**, com qualquer número de presentes, para tratar da seguinte, **ORDEM DO DIA: A)** Aprovar e autorizar o Sindicato assinar o Acordo de reajuste salarial ano 2024/2025, **citada acima B)** Aprovar e autorizar a empresa o desconto de R$15,00 (quinze reais), mensais para todos os funcionários, inclusive os temporários. **C)** Assuntos gerais. RJ, 02/01/2024. Lindenberg Barbosa da Silva – Presidente.

VERÃO: Sol com algumas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 30º 21º 85% 05:23 18:55

SALTO DO PIRAPORA

Justiça manda município demolir e reconstruir casa

KARINA FERREIRA/AE

A 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) manteve decisão que condenou a prefeitura de Salto de Pirapora, município localizado a 123 quilômetros da capital paulista, a pagar pela demolição e reconstrução de uma casa que sofreu danos estruturais e risco de desabamento após obras públicas.

A prefeitura fazia a restauração do asfalto em frente à residência, que sofreu danos estruturais nas paredes, segundo informações que constam no processo. A administração municipal não respondeu aos contatos do Estadão.

A dona do imóvel pedia, inicialmente, a indenização por danos morais e materiais, no valor de quase R$ 23 mil. Um laudo confirmou que as obras agravaram danos que já existiam na casa, tornando sua reforma inviável por causa dos altos custos para a reparação. Portanto, ficou decidido que será necessária a demolição e reconstrução da casa.

A decisão da Vara única de Salto de Pirapora foi parcialmente reformulada, para retirar o dever do município de pagar auxílio-aluguel, para custear gastos com moradia durante as obras.

A relatora do recurso, desembargadora Ana Liarte, concluiu que falta previsão legal para pagamento do benefício, o que inviabiliza qualquer decisão nesse sentido, "sob pena de violação ao princípio da legalidade".

ELEIÇÕES 2024

Alckmin diz que definição sobre apoio a Tabata sai em julho

ELISA CALMON/AE

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), desconversou ao ser questionado sobre a manifestação de apoio à deputada Tabata Amaral (PSB-SP) na disputa pela Prefeitura de São Paulo, nas eleições de outubro. A definição das candidaturas, segundo Alckmin, se dará em julho, nas convenções partidárias.

"Os apoios são importantes, porque são um aval, mas não decidem eleições", disse o vice-presidente, em entrevista ao programa WW, da CNN Brasil, na noite desta terça-feira, 2. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai endossar o nome do deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP) na disputa na capital paulista.

Alckmin afirmou ainda que a população "separa totalmente as eleições estaduais, municipais e federais". Além disso, considera "natural que os partidos optem por ter candidaturas próprias no primeiro turno".

FEDERAÇÃO

Fecomercio comemora teto do rotativo e parcelado sem juros

MATHEUS PIOVESANA/AE

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) comemorou a regulamentação do teto de juros do crédito rotativo, que entrou em vigor ontem. A entidade celebrou ainda a manutenção do parcelado sem juros, instrumento que acabou incluído nas discussões sobre o rotativo ao longo do ano passado.

"Nos últimos meses, a Fecomercio-SP apresentou ao Banco Central diversas propostas no sentido de contribuir com a redução do endividamento e inadimplência no país, argumentando que alterações na modalidade sem juros não solucionariam o problema e poderiam desestimular o consumo, acarretando impactos negativos à economia", diz a entidade, em nota.

De acordo com a Fecomercio, é "evidente" que a inadimplência está mais associada às taxas que vinham sendo praticadas no rotativo do que ao parcelamento de compras sem juros. "Além disso, são infundadas as alegações de que os elevados juros no crédito rotativo são consequência do parcelamento sem juros."

Durante o debate, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) argumentou que o crédito rotativo subsidia o parcelado sem juros, e que por isso, para reduzir os juros do rotativo, seria necessário restringir o parcelamento. O comércio foi um dos setores que se colocaram contra essa argumentação, e a Fecomercio aderiu a um movimento lançado por entidades em defesa do parcelado, o Parcelo Sim.

Na nota de ontem, a entidade afirma que o parcelado tem um papel "fundamental", tanto pelo benefício econômico para os consumidores quanto pela promoção do acesso ao consumo.

Apesar de os bancos terem proposto formalmente que o parcelado fosse restrito, o Conselho Monetário Nacional (CMN) apenas regulamentou o teto dos juros estabelecido pelo Congresso na lei do Desenrola. O limite é de 100%, o que significa que o consumidor não pode pagar ao banco mais do que o dobro da dívida original.

"Ao estabelecer um limite para as taxas no crédito rotativo, busca-se proporcionar ao consumidor a capacidade de equacionar seu orçamento, prevenindo um comprometimento excessivo da renda com o pagamento de juros, o que poderia resultar em situações de inadimplência", diz a Fecomercio.

A lei e a regulamentação, no entanto, não estabelecem um período de aplicação do teto. Na visão de agentes do mercado, essa "brecha" deve fazer com que os juros não caiam de forma considerável para o consumidor final, o que deve trazer de volta as pressões para a redução das taxas.

COMISSÃO DE CANALHAS

Padre Júlio será alvo de CPI das ONGs na Câmara de SP

ZECA FERREIRA/AE

A Câmara de São Paulo deve abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as organizações não governamentais (ONGs) que atuam na Cracolândia, na região central de São Paulo. As assinaturas necessárias já foram recolhidas. O autor da proposta, vereador Rubinho Nunes (União), prevê que a comissão será instaurada em fevereiro, após o recesso parlamentar. Segundo ele, o padre Júlio Lancellotti (**foto**) será um dos principais alvos da CPI das ONGs.

Rubinho acusa as ONGs de promoverem uma "máfia da miséria", que "explora os dependentes químicos do centro da capital". Segundo ele, essas organizações recebem dinheiro público para distribuir alimentos, kit de higiene e itens para o uso de drogas, prática conhecida como política de redução de danos, à população em situação de rua, o que, argumenta ele, gera um "ciclo vicioso" no qual o usuário de crack não consegue largar o vício.

Procurado pelo Estadão, o padre Júlio Lancelloti declarou que a instalação de CPIs para investigar o uso de recursos públicos pelo terceiro setor é uma ação legítima do Poder Legislativo. Além disso, acrescentou que não faz parte de nenhuma organização conveniada à Prefeitura de São Paulo, mas, sim, da Paróquia São Miguel Arcanjo.

ROVENA ROSA/ABRASIL

O vereador do União Brasil conta que o pedido de requerimento para a abertura da CPI foi apresentado no fim do ano passado com 25 assinaturas, mas que hoje a medida já conta com o apoio de 30 vereadores. O regimento interno da Câmara estabelece o mínimo de 18 assinaturas para a instalação de uma CPI.

Ele ainda esclarece que duas entidades serão prioridade nas investigações conduzidas pela comissão: o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, conhecida como Bompar, e a Craco Resiste. As duas atuam junto à população em situação de rua e dependentes químicos no centro de São Paulo, assim como o padre Júlio Lancellotti, que já foi conselheiro do Bompar.

"Os dependentes químicos precisam de programas de tratamento de alta qualidade para ajudar a superar o vício. Uma CPI pode avaliar a eficácia dos programas oferecidos pelas ONGs, determinando se elas estão alcançando os resultados desejados, pois em algumas situações, pode haver preocupações éticas, como a exploração de dependentes químicos", justifica Rubinho, no pedido de abertura da CPI.

ESQUERDA RECHAÇA CPI

A proposta de Rubinho Nunes para investigar o padre Júlio Lancellotti tem gerado embates nas redes socais, com personalidades e entidades ligadas à esquerda criticando a abertura da CPI das ONGs. Em ano eleitoral, o trabalho da comissão pode influenciar as campanhas na capital, visto que Lancellotti é aliado do deputado federal e pré-candidato Guilherme Boulos (PSOL), enquanto Rubinho apoio o projeto de reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

A União Nacional dos Estudantes (UNE) afirmou que "é inadmissível que no estado com o maior número de pessoas em situação de rua, aqueles que atuam para o acolhimento e garantia de seus diretos básicos sejam perseguidos e tratados como criminosos".

A vereadora Luana Alves (PSOL) classificou a abertura da comissão como uma "perseguição da direita" ao padre Júlio. "A direita quer instalar uma CPI na Câmara de SP para perseguir o Padre Júlio Lancelotti, por seu trabalho em defesa da população em situação de rua. Quem será o próximo alvo da direita conservadora? Jesus Cristo? São Francisco de Assis? Irmã Dulce?", escreveu em post no X (antigo Twitter).

O deputado estadual Eduardo Suplicy (PT) manifestou solidariedade ao sacerdote católico. "Me coloco à disposição para prestar meu depoimento pessoal sobre o sua extraordinária luta e atuação tão significativa junto à população em situação de rua, desde que foi designado por Dom Paulo Evaristo Arns", escreveu o parlamentar sobre Lancelotti.

DESAPARECIMENTO

FAB retoma buscas por helicóptero que sumiu a caminho de Ilhabela

ÍTALO LO RE/AE

As buscas pelo helicóptero com quatro pessoas que desapareceu no último domingo, 31, véspera de Réveillon, após decolar de São Paulo com destino a Ilhabela, no litoral norte do estado, foram retomadas ontem, pela Força Aérea Brasileira (FAB). É o terceiro dia que equipes especializadas procuram pela aeronave, agora com foco em área de mata na região da Serra do Mar.

Parentes de duas das desaparecidas, Luciana Rodzewics, de 46 anos, e sua filha, Letícia Rodzewics Sakumoto, de 20 anos, relatam angústia diante da situação, mas se mostram otimistas com o avanço das buscas. Além delas, estavam na aeronave o piloto (identificado como Cassiano Teodoro) e um amigo da família (Rafael Torres).

"A gente tem bastante fé. Hoje nós estamos com um pensamento bem positivo que teremos a finalização dessa busca, que os quatro tripulantes vão voltar com vida. Foi o primeiro dia que consegui dormir", disse ao Estadão a vendedora Silvia Santos, de 43 anos. Moradora do bairro do Limão, na zona norte, ela é irmã de Luciana e tia de Letícia.

Um grupo de 12 pessoas, entre parentes e amigos das duas desaparecidas, aguarda atualizações diretamente do Aeroporto do Campo de Marte, localizado na zona norte da capital, de onde o helicóptero partiu antes de sumir no último domingo. "Se a gente vai embora, fica mais difícil de acompanhar. Então ficamos aqui para eles verem que a gente está preocupado", disse Silvia.

Por lá, estão também a mãe de Luciana e o namorado de Letícia, para quem a jovem mandou as últimas mensagens antes de o helicóptero desaparecer. "Tempo ruim", "não dá para passar" e "medo" foram algumas das atualizações da jovem sobre a viagem. Antes de deixar de responder, ela também mandou um vídeo da neblina na região e relatou ainda que a aeronave iria voltar para a capital paulista, por conta da dificuldade de chegar até Ilhabela.

O SUMIÇO

O helicóptero, de prefixo PR-HDB e modelo Robson 44 (de cores cinza e preto), decolou às 13h15 no Aeroporto Campo de Marte. O último contato oficial com a aeronave ocorreu às 15h10, segundo informações da Polícia Militar.

A corporação afirmou que foi gerado um alerta, por volta das 22h40 de domingo, para o Comando de Aviação e para o Corpo de Bombeiros para uma possível queda de helicóptero. Até o momento, porém, não há informações sobre o paradeiro da aeronave.

POUSO DE EMERGÊNCIA

O helicóptero chegou a fazer um pouso de emergência durante a tarde de domingo em uma área de mata, segundo imagens enviadas por Letícia ao namorado. "Pousamos", enviou a jovem em mensagem de WhatsApp. Ao ser perguntada onde era o local, ela não soube dizer. "Estamos voltando", escreveu em seguida.

AS BUSCAS

Conforme a Força Aérea Brasileira (FAB), o Segundo Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação (2º/10º GAV) - Esquadrão Pelicano foi acionado para realizar as buscas ao helicóptero. Já foram cumpridas aproximadamente 20 horas de voo.

O esquadrão, que é responsável por realizar ações de busca e salvamento de aeronaves e embarcações desaparecidas em todo território nacional, atua, nesta missão, com a aeronave SC-105 Amazonas. A bordo, estão 15 tripulantes especializados.

A área total de buscas é de cinco mil quilômetros quadrados, ainda segundo a Força Aérea. A Polícia Militar também auxilia nas buscas por meio do Comando de Aviação. Conforme a corporação, foi realizado um sobrevoo de cerca de 3h de duração na Serra do Mar durante a manhã desta quarta, mas o helicóptero não foi encontrado.

TECNOLOGIA

A Força Aérea afirma que o SC-105 Amazonas possui um radar capaz de realizar buscas sobre terra ou mar, com alcance de até 360 quilômetros. "Um sistema de comunicação via satélite também permite o contato com outras aeronaves ou centros de coordenação de salvamento (Salvaero), mesmo em voos a baixa altura", disse.

A aeronave, continuou a FAB, conta também com um sistema eletro-óptico de busca por imagem e por espectro infravermelho. A Força Aérea explica que essa tecnologia permite realizar buscas pelo calor, detectando, por exemplo, uma aeronave encoberta pela vegetação ou uma pessoa no mar.

SITUAÇÃO REGULAR

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) afirmou que o helicóptero desaparecido consta no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) em situação normal de aeronavegabilidade, mas sem permissão para realização de serviço de táxi-aéreo.

O PILOTO

A Anac afirmou que o piloto, identificado como Cassiano Teodoro, teve sua licença e todas as habilitações sumariamente cassadas pela agência em 15 de setembro de 2021 por condutas infracionais graves à segurança da aviação civil.

De acordo com a agência, ele foi cassado em decorrência, entre outros motivos, de evasão de fiscalização, fraudes em planos de voos e práticas envolvendo transporte aéreo clandestino.

Em outubro de 2023, após observar prazo máximo legal para a penalidade administrativa de cassação, que é de dois anos, o piloto retornou ao sistema de aviação civil ao obter nova licença com habilitação para Piloto Privado de Helicóptero (PPH) Essa licença não dá autorização para realização de voos comerciais de passageiros. A reportagem não conseguiu localizar a defesa de Cassiano Teodoro.

A VIAGEM

De acordo com familiares das desaparecidas, o convite para a viagem de helicóptero ocorreu de última hora. A hipótese é que partiu do amigo da família. "A Letícia tomou café com a minha mãe no domingo e falou que previa voltar para almoçar. O convite deve ter surgido no meio disso. Era para ser bate a volta", disse Silvia.

Ela afirma que a irmã e a sobrinha, ambas moradoras da zona norte de São Paulo, nunca tinham feito um passeio de helicóptero anteriormente. "Mas elas gostam de adrenalina, por isso devem ter se animado com o convite", afirmou a irmã. Segundo ela, Letícia já saltou de bungee jump e tinha planos de andar de balão no futuro.

Silvia tinha combinado de passar o réveillon com a irmã na casa da sogra. No domingo, no entanto, Luciana disse que havia desistido de ir, e partiu com a filha para o passeio de helicóptero com destino a Ilhabela. Ela chegou a postar um vídeo nas redes sociais do momento da decolagem da aeronave.

"Somos muito próximas, todo sábado e domingo encontrávamos", disse Silvia. Assim como a irmã, Luciana também trabalhava com vendas, enquanto Letícia estava começando a empreender como designer de unhas na casa da avó, com quem morava desde a infância no bairro do Limão. "Ela tinha recém-montado um salão, estava progredindo", disse a tia.

ABANDONADO PELO MITO

Militares fazem vaquinha para ajudar Cid a pagar advogados

Pedidos de doação ao tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência no governo de Jair Bolsonaro (PL), circulam em grupos de militares no WhatsApp.

A campanha é para arrecadar R$ 300 mil para cobrir gastos com advogados. O tenente-coronel é investigado por suspeita de fraudes em cartões de vacinação, pela articulação de planos golpistas e pela venda de presentes diplomáticos que deveriam ter sido devolvidos ao acervo da União. Ele fez uma delação premiada e hoje está em prisão domiciliar com tornozeleira eletrônica. A defesa é coordenada pelo experiente criminalista Cezar Bittencourt, que ainda não se manifestou sobre a iniciativa.

De acordo com a mensagem, atribuída a militares da reserva das Forças Armadas, Mauro Cid "sempre honrou a farda" e agora precisa de "ajuda humanitária". O texto afirma ainda que o tenente-coronel precisou vender bens para pagar honorários advocatícios.

"O coronel Cid está precisando de nossa ajuda humanitária, já vendeu quase tudo que possuía", diz o texto. "Vamos juntos ajudar esse amigo que sempre foi leal e um excelente militar."

Braço-direito de Bolsonaro durante o governo, o tenente-coronel implicou o ex-presidente em sua delação. Os anexos são mantidos em sigilo.

INVESTIGAÇÕES

O tenente-coronel chegou a ser preso em maio do ano passado, suspeito de operar fraudes em certificados de vacinação da covid-19. O objetivo seria gerar comprovantes de imunização para viagens internacionais no auge da pandemia, segundo a PF.

JOIAS SAUDITAS

Mauro Cid também é suspeito de negociar presentes oficiais recebidos por Bolsonaro na qualidade de chefe de Estado, que deveriam ser incorporados ao acervo da União, para enriquecer o ex-presidente. O inquérito aponta que relógios, joias e esculturas teriam sido avaliados para venda e até anunciados na internet.

GOLPE

O ex-ajudante de ordens foi implicado ainda em uma investigação sobre supostas articulações golpistas para usar as Forças Armadas em uma intervenção militar contra o Poder Judiciário. Uma perícia no celular de Mauro Cid encontrou um rascunho de proposta para Bolsonaro decretar estado de sítio e um guia para intervenção das Forças Armadas.

SANTA CATARINA

Jorginho Mello burla lei e nomeia próprio filho para Casa Civil

ALESSANDRA MONNERAT/AE

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), anunciou ontem, que nomeou um de seus filhos, Filipe Mello, para assumir a pasta da Casa Civil no Estado. O filho do governador é advogado e substitui Estêner Soratto da Silva Júnior (PL), que retoma as atividades como deputado estadual. Mello vai trocar outros oito nomes do governo.

Segundo currículo divulgado pelo governo de Santa Catarina, Filipe Melo foi secretário na administração estadual entre 2011 e 2016, durante a gestão de Raimundo Colombo (PSD). O advogado controlou as pastas de Planejamento, Assuntos Internacionais e Turismo, Cultura e Esporte. Ele também foi secretário na prefeitura de Florianópolis, de 2005 a 2006 e de 2017 a 2018.

Uma norma do Supremo Tribunal Federal (STF) define como nepotismo "a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau". A regra cita especificamente cargos de comissão e de confiança e tem sido interpretada de modo a não se aplicar a funções eminentemente políticas, como é o caso das chefias de secretarias. Por outro lado, a Constituição Federal determina que a administração pública deve ser conduzida pelos princípios da "moralidade e da impessoalidade".

Jorginho Mello anunciou outros oito novos nomes em seu governo.

CONTRA O GENOCÍDIO

'X' notifica jornalista Breno Altman sobre investigação da PF

VITOR ABDALA/ABRASIL

O jornalista Breno Altman foi notificado pela rede social X (antigo Twitter) sobre um inquérito da Polícia Federal (PF) que solicita dados cadastrais de Altman à plataforma. Fundador do site Opera Mundi, o jornalista disse que o motivo da investigação são postagens críticas ao Estado de Israel feitas por ele na rede social, mas que ainda não foi notificado pela PF.

A Polícia Federal informou que não se manifesta sobre eventuais investigações em andamento e a rede social X não respondeu aos pedidos de informação da Agência Brasil.

Em novembro, a Confederação Israelita do Brasil (Conib) já havia pedido à Justiça a exclusão de publicações de Altman, que, segundo a entidade, seriam "racistas". Em nota, publicada em 23 de novembro, a Conib informou que a 16ª Vara Cível da Justiça de São Paulo determinou a exclusão.

Já Altman, que é judeu, disse que suas postagens não são antissemistas, mas antissionistas. "A separação que eu faço é que o sionismo é apenas uma corrente político-ideológica do judaísmo entre tantas outras ao longo da história. Ser antissionista é ser contra essa corrente, que tem natureza racista e colonial, enquanto o antissemitismo passou a ser, no século 19, o termo usado para o ódio contra os judeus", explicou.

MANIFESTAÇÕES

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) divulgou nota no último sábado passado em que critica o inquérito, que seria, segundo a instituição, "resultado de reclamação descabida da Confederação Israelita do Brasil, que de forma enviesada e conveniente rotula as críticas de Altman ao sionismo como antissemitismo. A ABI lembra que a Constituição de 1988 garante a todo e qualquer cidadão a liberdade de expressão".

Para a ABI, a investigação "soa como evidente assédio a um jornalista crítico. Uma tentativa de calá-lo com ameaça de um processo criminal, o que é inconcebível no Estado democrático de direito, que todos nós jornalistas sempre nos empenhamos em defender, notadamente nos últimos anos".

Altman também recebeu apoio de intelectuais em um abaixo-assinado liderado pela historiadora Virgínia Fontes, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF). No documento, a historiadora ressalta a diferença entre antissionismo e antissemitismo, criticando a confusão entre os dois termos "para criminalizar as opiniões de Altman sobre o governo sionista de Israel".

Em nota, o Partido dos Trabalhadores (PT) considerou a investigação "um caso de injusta e inaceitável perseguição de caráter político. A ação contra o jornalista tem como única motivação o seu firme e correto posicionamento contra o massacre do povo palestino pelo governo de ultra-direita de Israel", diz o texto.

A presidente do PT, Gleisi Hoffman, publicou, em seu perfil na rede X, que a Conib age em nome do governo de Israel e nega, aos judeus, o direito de não aceitar a doutrina sionista. Em resposta, a Conib repudiou a mensagem de Gleisi, dizendo que ela faz uma afirmação preconceituosa em relação à entidade, que merece total reprovação.

CEARÁ

MP gasta R$ 16,4 mi com bônus de Natal

RAYSSA MOTTA/AE

O Ministério Público do Ceará (MP-CE) desembolsou R$ 16,4 milhões com gratificações natalinas aos promotores e procuradores do Estado. O adicional foi pago em duas parcelas, em junho e dezembro de 2023.

A reportagem entrou em contato com a instituição, que informou que o montante não sofreu grande variação em relação aos anos anteriores. O valor da gratificação oscila de acordo com a remuneração do membro do MP. As parcelas chegaram a R$ 20,5 mil

A Constituição limita o subsídio do funcionalismo público ao que ganha um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o que hoje corresponde a R$ 41.650,92, mas a gratificação de Natal turbina os contracheques sem entrar no cálculo.

Outras verbas indenizatórias (como auxílios para transporte, alimentação, moradia e saúde) e vantagens eventuais (como 13º salário, reembolso por férias atrasadas e eventuais serviços extraordinários prestados) também são contados fora do teto, abrindo caminho para os chamados "supersalários".

'SUPERSALÁRIOS'

Todos os 453 promotores e procuradores do Ceará receberam subsídios acima do teto em dezembro. Os valores dos holerites estão disponíveis para consulta no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado.

O maior contracheque, de R$ 157,6 mil, pertence ao procurador Marcos William Leite de Oliveira, lotado na 25ª Procuradoria de Justiça. Com os descontos, ele recebeu R$ 127,3 mil em dezembro

O Ministério Público informou que as remunerações superaram os valores "ordinários" porque as folhas de pagamento contemplaram subsídios de novembro, gratificação natalina e indenização por férias não gozadas.

VITALÍCIA

Promulgada lei que prevê pensão para ex-combatentes do 'Batalhão Suez'

ALEX BRAGA/AE

A lei que prevê o pagamento de pensão vitalícia especial de dois salários mínimos aos ex-combatentes do chamado "Batalhão Suez" foi promulgada pelo Poder Executivo no dia 22 de dezembro. O Congresso Nacional restabeleceu a norma após derrubada do veto total feito pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Composto por 20 contingentes do Exército Brasileiro, que reuniam cerca de 6 mil militares, o "Batalhão Suez" foi um grupo brasileiro enviado ao Oriente Médio em 1957 para atuar com a Força de Emergência das Nações Unidas no conflito existente entre Israel, Egito e seus vizinhos árabes ao longo do canal de Suez, região na qual permaneceram até 1967. A tropa, mais conhecida como "boinas azuis", foi criada em novembro de 1956 por decreto do Congresso Nacional.

Com origem no projeto de lei do senador Humberto Costa (PE-PT), de 2011, a promulgação da norma foi publicada na edição extra do Diário Oficial da União (DOU) do dia 22 de dezembro.

O texto foi aprovado no Senado Federal em 10 de dezembro de 2014, e na Câmara dos Deputados em 9 de maio de 2023.

Sob alegação de que a proposta é contrária ao "interesse público" e "inconstitucional", pois cria despesa sem prever receita para o custeio, a iniciativa foi integralmente vetada pelo presidente da República. A decisão do chefe do Executivo foi publicada no DOU de 31 de maio de 2023.

"Por fim, a proposta fere o art. 195, § 5º da Constituição Federal, o qual dispõe que 'nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.'", diz a justificativa divulgada no DOU em maio.

Com o veto, a matéria retornou aos parlamentares, que tem a atribuição prevista na Constituição de manter ou derrubar o veto presidencial.

MEDIDAS DA LEI

Com a derrubada do veto total do presidente, os parlamentares decidiram manter as medidas que foram votadas em maio do ano passado. A norma define que somente terão direito ao benefício os ex-combatentes que comprovem renda mensal inferior a dois salários mínimos, ou que comprovem a ausência de meios para manter a sua subsistência e a de sua família.

Estipulou-se o prazo de 45 dias para processamento e julgamento dos pedidos de concessão dos benefícios. O pagamento será iniciado em um prazo de 30 dias após o reconhecimento do direito

PCC

Juiz suspende leilão de resort de luxo em MT

RAYSSA MOTTA/AE

A Justiça Federal suspendeu o leilão de um resort de luxo na Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, que teria sido usado para lavar dinheiro de um esquema de tráfico internacional de drogas.

O Paraíso do Manso Resort foi sequestrado na Operação Status, deflagrada pela Polícia Federal em setembro de 2020 para desbaratar a organização criminosa. Seis pessoas foram presas na época. Contas bancárias e outros bens da quadrilha também foram bloqueados para interromper o fluxo financeiro do esquema.

O juiz Luiz Augusto Iamassaki Florentini, da 5ª Vara Federal de Campo Grande, suspendeu o pregão depois que a União informou ao Ministério Público que o empreendimento foi construído em área federal. O magistrado pediu informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ele quer saber se o governo federal tem interesse em incorporar o imóvel ao patrimônio público.

"Há que se solicitar ao referido órgão do Executivo que esclareça nos autos a efetiva viabilidade dessa incorporação, até mesmo para evitar que a área continue a ser indevidamente explorada por algum dos investigados ou por terceiros", diz o despacho.

O Ministério Público Federal afirma que o resort foi registrado no nome de uma "laranja", mas que na verdade pertence ao clã Morinigo, o que a família nega.

A família já foi denunciada na Operação Riqueza como fornecedora de drogas do Primeiro Comando da Capital (PCC). Os investigadores afirmam que o laço do grupo com o tráfico é de "longa data". A especialidade seria a importação de cocaína, segundo o inquérito.

A propriedade seria usada para lavar dinheiro das atividades criminosas. Os procuradores afirmam o núcleo duro do grupo estaria divido entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas que o esquema teria ramificações em outros Estados e até fora do Brasil. O padrão de transações e a estrutura logística, ainda de acordo com a investigação, destoaria dos traficantes "domésticos".

O clã Morinigo responde a uma ação penal por tráfico internacional de drogas e organização criminosa. As audiências de instrução estão previstas para começar em fevereiro na 5ª Vara Federal de Campo Grande.

Nota

MORAES SOLTA 'DOENTINHOS' QUE PARTICIPARAM DE ATAQUES CONTRA A DEMOCRACIA EM 8/1

No apagar de 2023, perto de completar um ano dos atos golpistas do dia 8 de janeiro em Brasília, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), mandou soltar o veterinário César Guimarães Galli Júnior e o empresário Luiz Antônio Villar de Sena, presos na fase 19 da Operação Lesa Pátria. Ambos foram colocados em liberdade provisória, com tornozeleira eletrônica, porque precisavam de cuidados médicos especializados que o Centro de Ressocialização de Várzea Grande, em Mato Grosso, onde estavam presos, não tinha estrutura para oferecer. A decisão é de 19 de dezembro. "Atento a essas particularidades e considerada a presença de comorbidades, a necessidade de tratamento específico, e a informação de que o estabelecimento carcerário não teria condições de prestar o tratamento adequado para todas, é possível a substituição da prisão preventiva anteriormente decretada por medidas cautelares", escreveu Moraes. Além da tornozeleira, eles precisam observar uma lista de exigências, como entregar passaportes e ficar afastados das redes sociais. Se as medidas cautelares forem descumpridas, eles podem voltar à prisão. A decisão atendeu a um pedido dos advogados Sérgio Gerges e Regilene Padilha, que representam o empresário. Em 18 de dezembro, Moraes já havia mandado soltar outros 46 denunciados por participação nos atos do dia 8 de janeiro. Quase um ano após os protestos violentos na Praça dos Três Poderes, cerca de 60 pessoas seguem presas, a maioria preventivamente. A prisão preventiva é uma modalidade de prisão processual, ou seja, decretada antes de uma eventual condenação. Elas não têm prazo definido, mas precisam ser revistas a cada 180 dias. Todas as prisões foram avaliadas por Moraes no final do ano passado. No caso de suspeitos de incitação e financiamento, a Procuradoria-Geral da República foi contra a soltura. Outros presos já foram condenados e começaram a cumprir suas penas.

VERÃO: Sol com poucas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 31° 21° 65% 05:13 18:41

MARAMBAIA

Lula visita quilombo no Rio e destaca momento histórico do País

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou, ontem, a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, em Mangaratiba, no Rio de Janeiro. Em publicação as redes sociais, ele destacou a importância do local para descendentes dos africanos escravizados que foram trazidos ao Brasil e do resgate dessa história para o país.

"Conversei com as pessoas e pude ver as ruínas de uma senzala. Não devemos esquecer o que já aconteceu no nosso país, principalmente toda exploração e sofrimento causado às pessoas negras e indígenas. É assim que poderemos construir um Brasil melhor e mais digno para o povo."

Lula compartilhou um vídeo da visita, no qual conta um pouco da história do quilombo e se dispõe a conversar com os moradores sobre melhorias para a comunidade. "A verdade é que isso aqui é a marca triste de um momento histórico do Brasil. Esse é um período que a gente não pode esquecer nunca, porque é do não esquecimento que a gente vai construindo a história do Brasil do jeito que ela é", disse.

"Nós temos que aproveitar esse momento histórico que nós vivemos no Brasil para tentar recuperar definitivamente, não apenas a história verdadeira, mas recuperar os direitos plenos das pessoas", acrescentou. No vídeo, também aparecem a primeira-dama, Janja Lula da Silva, e o ministro da Secretaria Geral, Márcio Macedo.

A Ilha da Marambaia foi um local de abrigo de negros traficados da África para o Brasil. Além da herança quilombola, a ilha abriga equipamentos militares desde a década de 1970, quando passou a ser controlada pelas Forças Armadas.

Por ser uma região de acesso restrito, a base naval da ilha foi escolhida por Lula para passar o recesso de Ano Novo. A previsão é de que ele retorne amanhã a Brasília. Outros presidentes também já utilizaram o local para descanso.

Em 2015, depois de uma disputa judicial com a Marinha que se estendeu por mais de dez anos, as famílias quilombolas receberam a titulação de uma área de 53 hectares na região, na época, reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Hoje, quem certifica comunidades quilombolas é a Fundação Cultural Palmares

ARGENTINA

Justiça suspende reforma trabalhista feita por Milei

ANDRÉ MARINHO/AE

A Justiça argentina revogou ontem, a reforma trabalhista prevista no pacote de decretos econômicos assinados no mês passado pelo presidente do país, Javier Milei.

Em uma votação dividida, a Câmara Nacional de Apelações do Trabalho acatou o pedido dos sindicalistas da Confederação Geral do Trabalho (CGT) para aplicar uma medida cautela que suspende as modificações da legislação laboral até que haja uma sentença definitiva.

Os juízes Alejandro Sudera e Andrea García Vior entenderam que ainda há dúvidas sobre se as mudanças justificam a urgência de um decreto, sem passar pelo crivo do Congresso.

"O decreto de medidas legislativas excepcionais pelo poder administrador só poderia ser justificado em um caso claro de emergência que não aparece configurados ou sequer invocado nas próprias configurações do DNyU", diz Sudera na decisão.

O amplo e controverso pacote assinado por Milei prevê uma série de medidas que buscam desregular a economia. Na área trabalhista, os decretos aumentam o período de experiência de trabalhadores e relaxam regras para o trabalho de gestantes e a licença-maternidade.

ATENTADO

Irã diz que explosões que mataram mais de 100 foram ato de terrorismo

GABRIEL TASSI LARA/AE

Autoridades da província de Kerman, no sudeste do Irã, confirmaram que duas explosões que atingiram a região ontem, estão relacionadas ao terrorismo, disse a agência estatal de notícias iraniana IRNA.

O anúncio vem em meio a uma escalada recente nos conflitos no Oriente Médio, depois de, na terça-feira, o líder do Hamas, Saleh Arouri, ser morto em explosão atribuída a Israel, e após o governo iraniano enviar um navio de guerra ao Mar Vermelho em meio a ataques de retaliação do Iêmen aos navios de propriedade israelense ou com destino a Israel.

Uma última atualização mostra que pelo menos 103 pessoas morreram e 141 ficaram feridas nas explosões, que aconteceram no dia em que é realizada uma cerimônia em memória do general Qassem Soleimani, assassinado em 3 de janeiro de 2020 em um ataque de drones dos EUA em Bagdá.

UE CONDENA

A União Europeia condenou "nos mais fortes termos" o ataque terrorista em Kerman, no Irã, que deixou mais de 100 mortos. O bloco expressou em comunicado sua solidariedade e pediu que os responsáveis pelo ataque sejam responsabilizados.

Segundo autoridades da província de Kerman, no sudeste iraniano, ao menos 103 morreram e 141 ficaram feridos nas duas explosões, informou a imprensa estatal.

CULTURA

RJ patrocina número recorde de projetos

O Estado do Rio de Janeiro retomou sua posição de celeiro da arte e anfitrião de grandes eventos em 2023, e atingiu um número recorde de projetos patrocinados em território fluminense: foram 123 ações, com aporte total de R$ 148 milhões, por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. Mais de 60 cidades foram beneficiadas com algum tipo de ativação cultural.

"A cultura do nosso estado é rica, diversificada e democrática. O Rio de Janeiro é um território cultural e nós valorizamos isso. Investindo em cultura, fortalecemos a nossa economia, o turismo e outros setores. Investir na cultura é investir em todo o estado", afirmou o governador Cláudio Castro.

Grandes eventos fizeram parte do calendário, como o Carnaval 2023, Festival de Inverno, Rio2C, Festival de Cinema de Vassouras, Rio Gastronomia, Festa do Tomate, ArtRio, Rio Montreux Jazz e o aguardado retorno do Natal da Lagoa. O investimento ajudou no reaquecimento do turismo, na geração de empregos e no fomento da economia criativa. As áreas culturais com mais projetos patrocinados foram: Música e Dança (48), Teatro e Circo (18) e Artes Plásticas e Artesanais (15).

"Foi um ano de consolidação das políticas de fomento, parcerias e muito investimento na cultura. Temos nossa gestão pautada no processo de escuta, na democratização do acesso e descentralização dos recursos. Então, poder chegar a todas as regiões, ajudando a realizar não só o maior espetáculo da Terra, o Carnaval, mas também as manifestações artísticas no interior, mostra que estamos no caminho certo", ressaltou a secretária de Estado de Cultura e Economia Criativa, Danielle Barros.

MAIS DE R$ 500 MI

Entre 2020 e 2023, foram cerca de 400 projetos patrocinados via Lei de Incentivo à Cultura, com o investimento que supera o valor de R$ 500 milhões. Segundo dados da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), as empresas criativas do Rio produzem o equivalente a R$ 32,1 bilhões, o que significa que 4,62% de toda a riqueza gerada no estado é proveniente deste setor. Essa é a maior participação dentre as 27 unidades federativas.

FUNCIONAMENTO

O Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura, de que tratam as Leis nº 7035/2015 e nº 8266/2018, refere-se à promoção de projetos culturais por meio da renúncia fiscal de até 3% do valor do ICMS pago pelas empresas contribuintes. De acordo com a resolução nº 89/2020, os projetos devem ser inscritos no Sistema Desenvolve Cultura para aprovação da Comissão de Avaliação de Projetos e posterior concessão do benefício fiscal mediante apresentação de Declaração de Patrocínio. O mecanismo permite que até 100% do projeto seja patrocinado com recurso de renúncia fiscal.

GUERRA

Rússia e Ucrânia trocam prisioneiros em acordo acertado pelos Emirados

A Rússia e a Ucrânia trocaram ontem, centenas de prisioneiros de guerra ao abrigo de um acordo patrocinado pelos Emirados Árabes Unidos. As autoridades ucranianas disseram que 230 prisioneiros de guerra ucranianos voltaram para casa. O Ministério da Defesa da Rússia disse que 248 militares russos foram libertados do cativeiro ucraniano. O ministério disse que o acordo foi possível graças aos esforços de mediação dos Emirados Árabes Unidos.

A troca massiva de prisioneiros seguiu-se a outros acordos semelhantes no início da guerra, que se aproxima da marca dos dois anos. Também nesta quarta-feira, a Rússia disse que derrubou 12 mísseis disparados contra uma de suas regiões ao sul, na fronteira com a Ucrânia, enquanto as forças de Kiev tentam envergonhar o Kremlin e minar o argumento do presidente Vladimir Putin de que a vida continua normalmente, apesar da guerra.

A Ucrânia disparou dois mísseis Tochka-U e sete foguetes contra a região na noite de terça-feira passada, seguidos por seis mísseis Tochka-U e seis foguetes Vilkha na quarta-feira, disse o Ministério da Defesa russo. O sistema de mísseis Tochka-U, de construção soviética, tem um alcance de até 120 quilômetros (75 milhas) e uma ogiva que pode transportar munições cluster. A Ucrânia recebeu algumas munições cluster dos Estados Unidos, mas Tochka-U e Vilkha podem usar as suas próprias munições cluster.

O lado russo da fronteira tem sido alvo de ataques cada vez mais frequentes nos últimos dias. Ao longo da guerra, as aldeias fronteiriças foram esporadicamente alvo de fogo de artilharia ucraniano, foguetes, morteiros e drones lançados de densas florestas onde são difíceis de detectar. Ultimamente, enquanto a Rússia disparava mísseis e drones contra cidades ucranianas, as tropas de Kiev apontaram para a capital regional de Belgorod, que fica a cerca de 100 quilômetros (60 milhas) a norte de Kharkiv, a segunda maior cidade da Ucrânia.

Belgorod, com uma população de cerca de 340 mil habitantes, é a maior cidade russa perto da fronteira. Pode ser alcançado por armas relativamente simples e móveis, como múltiplos lançadores de foguetes.

No sábado, o bombardeamento de Belgorod matou 25 pessoas, incluindo cinco crianças, num dos ataques mais mortíferos em solo russo desde a invasão em grande escala de Moscou. Outro civil foi morto na terça-feira em uma nova salva.

REAÇÃO

EUA e aliados condenam ataques em rota comercial no Mar Vermelho

GABRIEL BUENO DA COSTA/AE

Estados Unidos, Austrália, Bahrein, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia e Reino Unido publicaram comunicado conjunto, no qual condenam ataques recentes contra embarcações de transporte marítimo de carga na região do Mar Vermelho, rota estratégica para o comércio global. As nações pedem o fim imediato dessas agressões e a libertação de tripulantes capturados e diz que os rebeldes houthis, do Iêmen, terão a responsabilidade pelas consequências, "caso continuem a ameaçar vidas, a economia global e o fluxo livre de comércio em águas cruciais da região".

O grupo de países diz estar comprometido a responsabilizar os autores dos ataques "ilegais", "inaceitáveis" e "profundamente desestabilizadores". O comunicado, divulgado pela Casa Branca, diz que não há justificativa para que os civis dos navios de transporte de carga sejam alvos.

O comportamento dos rebeldes ameaça diretamente a liberdade de navegação, um pilar do comércio global em uma de suas águas mais importantes, diz o texto.

O comunicado ainda destaca que quase 15% do comércio internacional global por via marítima passa pela região atingida, incluindo 8% do comércio global de grãos, 12% do comércio feito por via marítima de petróleo e 8% do com gás natural liquefeito. As empresas têm reorientado rotas pelo Cabo da Boa Esperança, o que acarreta semanas de atraso e aumenta custos, o que no fim das contas ameaça o movimento de alimentos, combustível e assistência humanitária, explica o texto.

Nota

TÚNEIS MARCELLO ALENCAR E RIO 450 PASSARÃO POR MANUTENÇÃO ANUAL

Os túneis subterrâneos do Porto Maravilha passarão por manutenção anual programada nos jato-ventiladores e sistema de iluminação, a partir desta quarta-feira. As galerias serão fechadas por fases todos os dias, entre 22h e 5h, até o dia 7 de fevereiro (confira o esquema completo abaixo). A primeira galeria a fechar será o Túnel Marcello Alencar no sentido Zona Sul entre os dias 3 e 17 de janeiro; depois é a vez da outra galeria do túnel no sentido Avenida Brasil fechar do dia 18 de janeiro até 1º de fevereiro; e por último, entre os dias 2 e 7 de fevereiro, a interdição chega ao Túnel Rio 450.

ISRAEL

Judiciário atrasa lei que torna difícil destituir Netanyahu do cargo

Uma lei que tornaria mais difícil a destituição do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, de seu cargo só deve entrar em vigor após as próximas eleições parlamentares, decidiu o Supremo Tribunal do país.

Os legisladores israelenses aprovaram a lei em março de 2023 como parte do controverso plano de revisão legal do governo.

Os críticos disseram que a lei foi criada para proteger Netanyahu de ser considerado incapaz de decidir sobre reivindicações de conflito de interesses. Ele vinha trabalhando para remodelar o sistema judiciário enquanto era julgado por suposta corrupção.

A decisão do tribunal ganhou por seis votos a cinco e ocorre dias depois do judiciário ter anulado a primeira grande parte da reforma, em um golpe para o governo de Netanyahu. As próximas eleições parlamentares estão previstas para 2026, mas poderão ser realizadas antes disso.